



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei nº 1643/2023

Processo Número: **36446/2023** | Data do Protocolo: 28/11/2023 13:26:55

Autoria: Carlos Giannazi

Assinaturas Indicadas:

Ementa: **Revoga a Lei nº 16.882, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre alterações na Política Estadual de Medicamentos.**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100310036003500360038003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Projeto de Lei

Revoga a Lei nº 16.882, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre alterações na Política Estadual de Medicamentos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica revogada a Lei nº 16.882, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre alterações na Lei nº 10.938, de 19 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos.

Parágrafo único – Fica restabelecida a vigência do texto original do inciso I do artigo 6º da Lei nº 10.938, de 19 de outubro de 2001.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A lei nº 16.882/2018 alterou o trecho do inciso I do artigo 6º da Lei nº 10.938/2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos.

Em sua origem parlamentar, por meio do PL 226/2016, o autor justificava a mudança por ter sido “formulada por significativa parcela da população, consolidando o resultado de pesquisas promovidas por diversos setores comprometidos e preocupados com a prestação de serviços de saúde no Estado”.

Dizia que a propositura visava conferir aprimoramento ao texto original, “no sentido de adequá-la ao espírito do legislador e a permitir que os remédios da Fundação do Remédio Popular (FURP) possam alcançar com prioridade os pacientes carentes tratados na rede particular de saúde do Estado”.

Todavia, alterada a legislação originária, verificou-se que a mudança redacional, na prática, impediu as vendas de um produto hospitalar pelo Instituto de Radiologia (InRad), do Hospital das Clínicas, a hospitais filantrópicos particulares.

Segundo matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, o InRad havia se tornado o principal concorrente da Indústria Farmacêutica de Radiofármacos (IBF) – da qual o autor do projeto convertido em lei é acionista, o que demonstra que houve legislação em causa própria.

Diante da seriedade da situação, e das consequências da norma em vigor, é que apresentamos esta propositura, restabelecendo a vigência do texto originário revogado.





Carlos Giannazi - PSOL



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100360034003100380039003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360034003100380039003A005000

Assinado eletronicamente por **Carlos Giannazi** em 28/11/2023 12:58

Checksum: **3B4F26C262790BF76E4BE54230D11054C1D5EF4D9C1EDC7F021FF449EBB30758**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100360034003100380039003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.